

Educação escolar em liquidação? Apontamentos sobre mercantilização da educação e formação escolar neoliberal

Vanessa Colares de Bitencourt
Matheus Bernardo Silva

Vanessa Colares de Bitencourt

Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, Criciúma/SC,
Brasil
E-mail: vancolarespp@gmail.com
 <https://orcid.org/000-0002-9350-6208>

Matheus Bernardo Silva

Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, Criciúma/SC,
Brasil
E-mail: matheusbernardo@unesc.net
 <https://orcid.org/0000-0002-5964-368X>

Resumo

O presente estudo abrange pressupostos sobre a educação escolar na vigência do modo de sociabilidade neoliberal. O objetivo estabelecido foi analisar criticamente o processo de mercantilização da educação e a formação escolar neoliberal no capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo. Enquanto hipótese, afirma-se que a mercantilização da educação, e consequentemente a formação escolar neoliberal, corroboram para a naturalização e, portanto, para a consolidação da precarização do trabalho na atualidade para atender os interesses da classe dominante. Por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica, recorreu-se aos fundamentos do materialismo histórico-dialético, enquanto condição ontológica, e por consequência, da pedagogia histórico-crítica, enquanto condição pedagógica. Confirma-se a hipótese estabelecida, o que implica na ênfase do desenvolvimento de uma concepção de mundo ingênua, bem como da consciência ingênua do indivíduo-trabalhador. Como proposição, apresentou elementos a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, direcionados para enfatizar a relevância da difusão do conhecimento objetivo, assumindo uma perspectiva materialista, histórica e dialética, tendo como finalidade educacional a promoção humana no humano. Com efeito, ainda se propõe a condição concreta do desenvolvimento da concepção de mundo crítica e da consciência crítica do indivíduo-trabalhador.

**Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior, CAPES**

Palavras-chave: Mercantilização da educação. Formação escolar neoliberal. Pedagogia histórico-crítica.

Recebido em: 17/05/2024

Aprovado em: 19/11/2024



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e100229>

Abstract

Is the School education in liquidation? Notes on the commercialization of education and neoliberal school training

The present study covers assumptions about school education under the neoliberal mode of sociability. The established objective was to critically analyze the process of commodification of education and neoliberal school training in contemporary capitalism (in neoliberalism). As a hypothesis, it is stated that the commodification of education and, consequently, neoliberal school training, contribute to naturalization and, therefore, to the consolidation of the precariousness of work in modern times, that is, to meet the interests of the dominant class. Through theoretical-bibliographical research, we resorted to the foundations of historical-dialectic materialism, as an ontological condition and, consequently, of historical-critical pedagogy, as a pedagogical condition. The established hypothesis is confirmed, which implies the emphasis on the development of a naive conception of the world, as well as the naive consciousness of the individual worker. As a proposition, we suggest the need to establish the foundations of historical-critical pedagogy, as a conception of counter-hegemonic education, for the materialization of educational work in school education, with the purpose of promoting humanization in the individual worker (in his singularity). Implying in the development of the critical world conception and the individual's own critical consciousness.

Keywords:
Commercialization of education.
Neoliberal school training.
Historical-critical pedagogy.

Resumen

¿La Educación escolar está en liquidación? Apuntes sobre mercantilización de la educación y formación escolar neoliberal

El presente estudio cubre supuestos sobre la educación escolar bajo el modo neoliberal de sociabilidad. El objetivo establecido fue analizar críticamente el proceso de mercantilización de la educación y la formación escolar neoliberal en el capitalismo contemporáneo (en el neoliberalismo). Como hipótesis, se plantea que la mercantilización de la educación y, en consecuencia, la formación escolar neoliberal, contribuyen a la naturalización y, por tanto, a la consolidación de la precariedad del trabajo en los tiempos modernos, es decir, para satisfacer los intereses de la clase dominante. A través de una investigación teórico-bibliográfica, recurrimos a los fundamentos del materialismo histórico-dialéctico, como condición ontológica y, en consecuencia, de la pedagogía histórico-crítica, como condición pedagógica. Se confirma la hipótesis establecida, lo que implica el énfasis en el desarrollo de una concepción ingenua del mundo, así como de la conciencia ingenua del trabajador individual. Como propuesta, sugerimos la necesidad de sentar las bases de la pedagogía histórico-crítica, como concepción de la educación contrahegemónica, para la materialización del trabajo educativo en la educación escolar, con el propósito de promover la humanización en el trabajador individual (en su singularidad). Implicando en el desarrollo de la concepción crítica del mundo y de la propia conciencia crítica del individuo.

Palabras clave:
Mercantilización de la educación.
Formación escolar neoliberal.
Pedagogía histórico-crítica.

Considerações iniciais

Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então?
Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então?
A *outro* ser que não eu.
Quem é este ser?
Os *deuses*?
(Marx, 2021, p. 86)

O presente trabalho parte da indagação sobre o *lugar* e a *função social* da educação escolar na vigência do atual modo de sociabilidade. Enquanto ato político, a educação escolar pode somente contribuir para o projeto societário hegemônico ou para que esse projeto seja contra-hegemônico. Ao direcionar o olhar, por um lado, de maneira mais atenta para as especificidades da educação escolar, por exemplo pelo seu aparato oriundo das políticas públicas educacionais atuais, ela está inserida predominantemente no projeto societário hegemônico (Kuenzer, 2005; Saviani, 2021c). Como desdobramento, corrobora para um processo formativo escolar do indivíduo-trabalhador direcionado para a naturalização do formato social neoliberal atual, que significa a naturalização da precarização do trabalho e do próprio modo de vida social (Bernardo Silva, 2023; 2024; Bernardo Silva; Santos, 2024). Por outro lado, a partir das contradições, ou melhor, das fissuras inerentes do capitalismo contemporâneo (Saviani, 2021a), existe a possibilidade de perspectivar e efetivar uma educação escolar no âmbito do projeto societário contra-hegemônico, em que a educação escolar possa integrar o projeto societário que tenha como finalidade a transformação radical da sociedade vigente (Martins; Neves, 2021; Saviani, 2021e).

À vista disso, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente, por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica, o processo de mercantilização da educação e a formação escolar neoliberal no capitalismo contemporâneo, no neoliberalismo. Tais elementos, enquanto hipóteses, corroboram para a naturalização e para a consolidação da precarização do trabalho.

Para atingir a finalidade deste estudo, foram efetivadas as seguintes discussões:

a) a partir de pressupostos oriundos do materialismo histórico e dialético e da pedagogia histórico-critica, no primeiro momento foram explicitados apontamentos sobre o processo de *liquidação* da educação, por intermédio da mercantilização da educação e da formação escolar neoliberal. Esse processo corrobora com a intensificação do processo de precarização e de naturalização do trabalho (das relações de trabalho) via o desenvolvimento de uma consciência ingênua (Vieira Pinto, 2020c) sobre a realidade social vigente;

b) como contraponto a esse processo de *liquidação* da educação, ainda por meio dos pressupostos citados, no segundo momento foram expostos breves apontamentos sobre a educação tendo como finalidade a difusão do conhecimento objetivo em proveito do processo de humanização do indivíduo-trabalhador. Essa finalidade busca que, em última instância, esse indivíduo-trabalhador possa desenvolver uma concepção de mundo crítica (Duarte, 2016) e uma consciência crítica (Vieira Pinto, 2020b) frente os condicionantes precários das relações de trabalho e do modo de vida social para a classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo.

Liquidação da educação escolar no atual modo de sociabilidade neoliberal: determinados atributos para a precarização do trabalho

Na complexidade da educação escolar, no âmbito dos preceitos neoliberais e tendo em vista a precarização do trabalho ou das relações de trabalho, destacam-se, neste estudo, os seguintes atributos: a mercantilização da educação e a formação escolar neoliberal.

Dadas outras complexidades do neoliberalismo, parte-se do pressuposto de que esses atributos são complexidades que contribuem tanto para a formação do indivíduo-trabalhador, a partir de interesses privados, quanto para a naturalização da precarização do trabalho. Para melhor compreensão desse processo, é importante explicitar determinados elementos sobre a problemática da mercantilização da educação e, posteriormente, da formação escolar neoliberal.

Apontamentos sobre a mercantilização da educação em tempos de reestruturação do capital

O primeiro ponto a ser destacado é a condição de esgotamento da teoria do capital humano na sua acepção clássica (Gentili, 2005). Porém a atualidade estabelece um novo léxico morfológico do trabalho, que implica tanto as relações de trabalho quanto a própria educação escolar.

Do ponto de vista histórico, foi a partir da década de 1970 que essa transformação se mostrou mais evidente. Durante esse período, marcado por uma das crises do capitalismo, a promessa de integração social por meio da educação começou a mostrar sinais de desgaste, agravando-se na década subsequente. Os anos 1980 marcaram um período de ênfase inquestionável ao valor produtivo do conhecimento, dando origem à concepção de uma suposta “Sociedade do Conhecimento”¹ (Gentili, 2005). Houve uma mudança significativa no discurso educacional, redefinindo a importância e o papel da educação no contexto da produtividade individual e coletiva.

Pode-se destacar, principalmente a partir da década de 1990, a concepção neoprodutivista de educação (Saviani, 2019; 2021c). Pelo advento da reestruturação produtiva do capital (Antunes, 2020; Antunes; Braga, 2015; Pinto, 2016), pela vigência da pós-modernidade (Anderson, 1999; Jameson,

¹ Para um aprofundamento crítico sobre a categoria *sociedade do conhecimento*, sugere-se, entre outras, as seguintes obras: Duarte (2008) e Pagotto (2011).

2006; Harvey, 2012) e pela chamada Indústria 4.0 (Antunes, 2021; 2023; Faustino; Lippold, 2023), foi estabelecido um novo cenário social, em que é necessária a adaptação psicofísica do indivíduo-trabalhador.

Para isso, a educação escolar deve ser compreendida como importante instrumento social para a classe dominante. Nesse momento histórico, assim como o Estado, a educação escolar também passou a ser rotulada como fracassada, justamente pela suposta falência do próprio Estado, e o encaminhamento viável para a superação desse fracasso seria apenas por intermédio da intervenção da iniciativa privada. Assim, houve certa efervescência, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso daqueles países que compõem a América Latina e, portanto, o caso brasileiro.

Então, foi iniciada uma determinada relação entre Estado e sociedade civil. A ênfase estava (e ainda está) nos interesses da iniciativa privada, cujo destaque conferido aloja-se na relação entre supressão dos interesses da classe trabalhadora e prevalência dos interesses da classe dominante. Conforme Neves (2002, p. 180),

O novo padrão de relacionamento entre a aparelhagem estatal e sociedade civil no neoliberalismo brasileiro, posto em execução já nos anos iniciais da década de 1990, suscitou uma mudança na natureza das políticas do Estado e um reordenamento das organizações da sociedade civil. As políticas neoliberais de privatização, de desregulamentação e de focalização das políticas sociais, em especial das políticas de formação do trabalhador simples e do trabalho complexo, demandaram uma reestruturação do sistema educacional brasileiro, bem como a reorganização das entidades diretamente voltadas para a defesa dos interesses da escola privada confessional e laica.

A partir de Saviani (2010), é possível compreender que ocorre uma relação promíscua entre o público e o privado no âmbito da educação brasileira. Trata-se de uma relação intencionalmente confusa, em que confluência a ação estatal e a ação da sociedade civil – em especial, dos aparelhos privados hegemônicos – acaba sendo naturalizada.

Sobre a relação promíscua entre o público e o privado no curso da história da educação brasileira, Saviani (2010, p. 41) expõe a seguinte questão:

[...] é claro que, na sociedade capitalista, o público tende a estar a serviço de interesses privados, uma vez que se trata de uma forma social dominada pela classe que detém a propriedade privada dos meios de produção. Não é menos claro, porém, que essa mesma sociedade, em seu sentido republicano, estabelecer a distinção entre as esferas pública e privada gerando a expectativa de que o público, por estar referido ao bem comum, à coisa pública (do latim “res publica”), deveria sempre prevalecer sobre o privado.

Nessa relação promíscua no campo da educação escola brasileira, um dos elementos a ser destacado é a mercantilização da educação (Martins; Pina, 2021). Trata-se de imbricar procedimentos mercantis na educação escolar. Pelo *status* social atual, reconhecido historicamente, a educação escolar é caracterizada como valor de troca.

O curso da reestruturação produtiva do capital, principalmente a partir de meados da década de 1970, estabelece a suposta materialização da ineficácia do Estado e, portanto, a necessidade de um Estado mínimo, cuja ênfase aloja-se na iniciativa privada como sinônimo de máxima eficiência e produtividade. Como desdobramento, conforme mencionado anteriormente, a própria educação escolar também é compreendida pela mesma ineficácia do Estado, pois é por ele gerida.

Logo, a iniciativa privada passa a ser o principal caminho para *reerguer* o Estado e, também, a educação escolar. Tal rubrica foi proposta por intelectuais orgânicos (neoliberais), bem como fomentada por órgãos multilaterais internacionais, como o Banco Mundial. A equação, o *slogan*, o jargão ou o mantra foi estabelecido: o Estado, no caso o Estado brasileiro, deve *gastar menos* e, quando gastar, deve *gastar bem* (em um sentido supostamente qualitativo).

No presente estudo, comprehende-se que o gastar menos deve ser no âmbito de políticas sociais, e o gastar bem deve ser para atender os interesses da classe dominante². No campo da educação escolar, nesse sentido, a *saída* para gastar menos e gastar bem está em recorrer à iniciativa privada.

Como consequência, de acordo com Martins e Pina (2021, p. 40), no que tange à mercantilização da educação, pode evidenciar duas finalidades que estão articuladas: *a) [...] no plano específico de sociabilidade, visa assegurar a regulação da direção intelectual e moral do processo de formação escolar, delineando a disciplina social do trabalho [...] e; b) [...] no plano geral do circuito de valorização do capital, busca ampliar o movimento de controle de distribuição do valor na forma de dinheiro gerado pelo ciclo de transformação da mercadoria*” (Martins; Pina, 2021, p. 40).

O empresariado, enquanto membro da classe dominante, mobiliza ações que possibilitam a venda da mercadoria (educação) e, ainda em acordo com Martins e Pina (2021), fomenta a exploração da força de trabalho de maneira cada vez maior³. O intuito é preservar a taxa de mais-valor em um nível relevante para que possa suprir os investimentos realizados e que promova lucros cada vez mais amplos.

Já no cerne da valorização do capital, o membro da classe dominante, que precisa sempre ter lucro, articula a extração de mais-valor com o consumo efetivado pelo membro da classe trabalhadora. Uma vez que o indivíduo-trabalhador, “[...] para recuperar suas energias vitais, precisa consumir as mercadorias que pertencem ao capitalista de modo a satisfazer suas necessidades vitais e seus desejos” (Martins; Pina, 2021, p. 40). Observa-se, nesse sentido, que sempre há vantagem (o lucro), em todas as dimensões para o empresariado, ou seja, para a classe dominante.

² Propõe-se a leitura da obra de Mattei (2023), em sua análise crítica no que se refere à categoria *austeridade*, por um lado, em proveito de fazer com que o Estado sirva para a classe dominante, e por outro lado e como desdobramento, fornece condições concretas para o fascismo.

³ Conferir Silva (2020) sobre determinadas formas de precarização do trabalho docente, tendo como estrutura o avanço da iniciativa privada no campo da educação escolar.

Assim como qualquer outra mercadoria, a educação escolar é uma maneira de extrair lucro para os membros da classe dominante. Porém, no bojo de processo de mercantilização, ela faz parte de um importante projeto político-ideológico (Martins; Pina, 2021) que procura, além de legitimar esse processo de mercantilização, conforme explicitado acima, também implicar o próprio processo formativo escolar do indivíduo-trabalhador no sentido de naturalizar a precarização nas relações de trabalho.

A consequência disso é a “[...] tentativa de valorização do capital a partir da venda de serviços educacionais, mas também da configuração da educação e do conhecimento como insumos necessários à produção de mercadorias” (Martins; Pina, 2021, p. 43). Esse último ponto impacta diretamente a condição de trabalho do professor (Silva, 2020; 2021) e, por extensão, no trabalho educativo no bojo da educação escolar.

Quanto à educação escolar, tendo em vista esse processo de mercantilização da educação e suas possíveis implicações no trabalho educativo escolar, é necessário destacar, à luz de Saviani (2021c), as bases de cunho pedagógico-administrativas no bojo da concepção neoprodutivista de educação. Trata-se da redefinição do papel social do Estado e da reorganização das escolas pelo viés neotecnicoista.

No contexto escolar, o processo de ensino deve estar centrado nas disciplinas de conhecimento, tendo como finalidade efetivar o ensino de competências e habilidades em proveito de determinados condicionantes que devem predominantemente estar alinhados com a realidade social na sua aparência (Saviani, 2021c). O objetivo “[...] é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto na sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade” (Saviani, 2021c, p. 438).

Ainda com apoio em Saviani (2021c, p. 438), sobre a influência da pedagogia tecnicista no cenário educacional brasileiro, vale mencionar:

[...] a base da pedagogia tecnicista são os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, dos quais deriva o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndios. Esse objetivo, que na década de 1970 era perseguido sob a iniciativa, controle e direção direta do Estado, na década de 1990 assume uma nova conotação: advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países apresentam um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não governamentais⁴.

⁴ Novamente destacando a relação promíscua entre o público e o privado na educação brasileira (Saviani, 2010), atualmente, sobressaem-se o movimento *Todos pela Educação* (Leher; Lamarão, 2020; Martins, 2023) e o papel desempenhado por determinadas fundações, na qualidade de organizações não governamentais, como é o caso, por exemplo, da Fundação Lemann (Cavalcanti, 2020).

A redefinição do Estado e da educação escolar extingue a uniformização e a rigidez do controle no âmbito do processo, e enfatiza os princípios da reestruturação do capital, o que significa a flexibilização e a polivalência, direcionando o controle do processo para o resultado. Assim, com a avaliação dos resultados é “[...] que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente, pela criação das agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação” (Saviani, 2021c, p. 439).

Logo, é necessário enfatizar, mesmo que em linhas gerais, no próximo momento do presente estudo, o trabalho educativo escolar a partir dos preceitos supracitados, que consubstanciam, no processo formativo escolar, um processo de doutrinação neoliberal do indivíduo-trabalhador. Em outras palavras, a educação escolar, enquanto mercadoria, também deve corroborar para a formação neoliberal do indivíduo-trabalhador, tendo em vista a naturalização da precarização do trabalho e da vida social por um todo.

Para isso, conforme destaca na subseção seguinte, urge a necessidade de desenvolver uma consciência ingênua (Vieira Pinto, 2020c) do indivíduo-trabalhador, que culmina em se apropriar, de acordo com Duarte, Mazzeu e Duarte (2020), do senso comum neoliberal e obscurantista.

A articulação entre a venda de serviços educacionais e o processo de doutrinação neoliberal na formação escolar: ênfase na consciência ingênua

Como foi possível verificar, a dinâmica entre educação e trabalho, em tempos neoliberais, é caracterizada por uma tendência crescente à mercantilização da educação. O mercado, ou sua suposta *mão invisível*, exercendo uma influência significativa no campo educacional, culmina em efeitos adversos para a sociedade como um todo. O foco predominante na educação, como veículo para aprimorar o capital humano, frequentemente ofusca as persistentes desigualdades sociais e as estruturas que continuam a alimentar ciclos de exclusão e marginalização. Eis aí, então, uma maneira de asseverar o processo de dominação social por parte da classe dominante.

Nesse escopo conservador, com o constante e complexo avanço dos interesses privados na educação escolar, o processo de mercantilização da educação é um movimento primordial para a manutenção do capital. Como um desdobramento, o trabalho educativo torna-se uma mercadoria (Martins; Pina, 2021).

Concebendo o trabalho educativo escolar também como mercadoria, a forma de moldá-la dependerá basicamente de quem é o possuidor que tem como finalidade vendê-la. Conforme Martins e Pina (2021, p. 44), os aparelhos hegemônicos privados que destinam atribuições à educação escolar, “[...] recorrem aos preceitos da mercantilização da educação para transformar o trabalho educativo

em uma mercadoria e, assim, reduzi-lo a um trabalho prescrito destinado ao treinamento de competências e habilidades consideradas úteis à formação dos estudantes”.

O foco central também está no âmbito das bases didático-pedagógicas, em conformidade com o que foi exposto anteriormente. Portanto, na esteira da administração, procura-se efetivar o processo de avaliação, da eficiência e da maximização de desempenho/rendimento com o mínimo de dispêndios possíveis.

Considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como parâmetro de “qualidade”, essa perspectiva [empresarial/neoprodutivista] entende que caberia às escolas públicas “produzir mais com menos”, ou seja, aumentar a “produtividade” (desempenho dos alunos nas avaliações externas) sem elevação dos investimentos públicos, o que caracterizaria um uso eficiente dos “recursos humanos”, financeiros e materiais existentes. [...] Desse modo, para melhorar a “qualidade” da educação, caberia à gestão escolar enxugar os gastos públicos, eliminar “desperdícios” e aumentar a “produtividade” do trabalho educativo. [...] Nos termos empresariais, o uso racional de recursos para a realização dos fins educacionais deve potencializar ao máximo a “produtividade” do trabalho educativo (Martins; Pina, 2021, p. 45).

A imposição empresarial ao trabalho educativo implica uma concepção pedagógica que parte de um alinhamento ideológico a serviço da manutenção da ordem do capital. O professor, no bojo do trabalho educativo escolar, implicitamente perde sua autonomia pedagógica em proveito de atender os interesses empresariais para formação escolar neoliberal do indivíduo-trabalhador. “Portanto, a estratégia ideológica opõe os ‘interesses dos professores’ aos ‘interesses dos alunos’, obscurecendo os interesses de classe que privatizam a educação pública” (Martins; Pina, 2021, p. 47).

Com isso, em relação ao aspecto didático-pedagógico, no âmbito da concepção neoprodutivista de educação (Saviani, 2021c), que atende predominantemente ao projeto político-ideológico do empresariado na atualidade (Martins; Pina, 2021), há uma equação voltada para o aspecto pedagógico em direção à formação escolar neoliberal do indivíduo-trabalhador. Trata-se da soma ou da articulação entre exclusão + *aprender a aprender* + competências = fundamentos para a formação escolar neoliberal (Bernardo Silva, 2024). Tal equação contribui para o processo de doutrinação neoliberal direcionada para os membros da classe trabalhadora.

É fundamental que o indivíduo-trabalhador compreenda sua total responsabilidade para estar ou não apto ao mercado de trabalho. Essa responsabilidade deve ser compreendida a partir do prisma da hiperindividualidade (Bernardo Silva, 2024). O *sucesso* ou o *fracasso* na vida social, principalmente nas relações de trabalho, serão *mérito* ou *não* do indivíduo-trabalhador. No discurso hegemônico, as condições de empregabilidade e da efetivação de uma vida social na plenitude são possíveis para todos os indivíduos, independente da sua classe social, cor, gênero etc. Assim, cabe ao indivíduo-trabalhador encontrar as possibilidades para ter *êxito*, seu *sucesso* nas relações sociais, em especial nas relações de trabalho.

Nesse novo contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis (Saviani, 2021c, p. 430).

Nesse sentido, Saviani (2021c, p. 431) realiza a seguinte definição sobre a pedagogia da exclusão, na qualidade de base econômico-pedagógica sob escopo neoprodutivista:

Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, a conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão.

Destaca-se, também, o *aprender a aprender* (Duarte, 2008; Saviani, 2021c). Enquanto disposição pedagógica intrínseca à concepção neoprodutivista de educação, o *aprender a aprender* pode ser compreendido como uma base didático-pedagógica. Vigora-se o neoescolanovismo: uma nova *roupagem* do escolanovismo.

A pedagogia nova, ou melhor, a Escola Nova (escolanovismo), historicamente se apresenta como crítica à pedagogia tradicional e, por conseguinte, procurou apresentar uma nova organização da educação escolar (Saviani, 2021b). Nesse momento histórico-social, como finalidade pedagógica, o escolanovismo evidenciava ênfase no indivíduo buscar o conhecimento por si mesmo, o que resultava em um formato de adaptação aos condicionantes sociais daquele período. Tratava-se de corroborar para o processo de harmonia social (Saviani, 2021b; 2021c), mas a *nova roupagem* dessa base didático-pedagógica, em tempos atuais, está alinhada “[...] à necessidade de constante atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade” (Saviani, 2021c, p. 432).

Portanto, vale destacar que, por meio dos fundamentos do neoescolanovismo (do *aprender a aprender*), principalmente a partir da década de 1990, instituíram-se diversas reformas educacionais, principalmente em países considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. O ponto pedagógico fulcral está na ênfase do *aprender a aprender* em distintos espaços sociais (Saviani, 2021c).

Na compreensão do presente estudo, cabe à educação escolar ensinar o indivíduo-trabalhador a *aprender a estar sempre aprendendo* nos mais variados espaços sociais, inclusive ou principalmente

nas especificidades do próprio processo de trabalho. Assim, em conformidade com Saviani (2021c, p. 433-434):

Tais práticas [educativas] se manifestam com características *light*, espraiando-se por diferentes espaços, desde as escolas propriamente ditas, passando por ambientes empresariais, organizações não governamentais, entidades religiosas e sindicais, academias e clubes esportivos, sem maiores exigências de precisão conceitual e rigor teórico, bem a gosto do clima pós-moderno.

O enfoque não está na apropriação do conhecimento objetivo, do conhecimento historicamente sistematizado. A ênfase está na condição de fazer com que o indivíduo-trabalhador possa estar sempre aprendendo para ter chances de ser um *ativo* para o mercado de trabalho.

Nota-se que há, implicitamente, uma articulação entre o que preconiza a pedagogia da exclusão com os elementos evidenciados por meio do *aprender a aprender*. Existe a necessidade de o indivíduo-trabalhador compreender que é somente sua responsabilidade estar apto ou não ao mercado de trabalho, e pelas especificidades do *aprender a aprender*, encontra-se uma formação com intuito de introjetar nesse indivíduo a necessidade de estar, por conta própria, sempre buscando *ampliar* o seu conhecimento nos mais variados espaços sociais. Especialmente nos ambientes empresariais ou naquilo que se materializa como *tendência de mercado*, com os modismos atuais, como *coaching*, *mentoring*, entre outros. Eles são elementos para mobilização do indivíduo-trabalhador tornar-se *recurso cabível* para as estruturas e as demandas das organizações empresariais no século XXI, principalmente pelo vigente advento e acesso das plataformas sociodigitais (Bernardo Silva; Schlickmann, 2024; Raulino, 2022).

Contudo, é fundamental destacar, nessa equação direcionada para a formação escolar neoliberal do indivíduo-trabalhador, a base psicopedagógica no bojo da concepção neoprodutivista de educação. Nessa base psicopedagógica, conforme Saviani (2021c), evidencia-se a pedagogia das competências, que em linhas gerais, pode ser compreendida pelo seguinte pressuposto:

[...] a “pedagogia das competências” apresenta-se como outra forma da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado” (Saviani, 2021c, p. 437).

A mobilização de competências e habilidades, predominantemente no campo comportamental do indivíduo-trabalhador, tem na sua essência forjar uma *subjetividade* que esteja totalmente adaptada às relações de trabalho precarizadas, a partir da morfologia do trabalho vigente no século XXI.

A classe trabalhadora, compreendida como “[...] a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a *classe-que-vive-do-trabalho* e que são despossuídos dos meios de produção [...]” (Antunes, 2015, p. 235), precisa se subordinar a condições

de precarização do trabalho. Uma das formas de subordinação, talvez a forma mais importante, no âmbito da morfologia do trabalho atualmente, está situada no campo comportamental.

Mello (2019) evidencia que se trata de competências que o indivíduo-trabalhador deve ter mobilizado para o seu cotidiano, que vão para além *somente* da apropriação do conhecimento para sua empregabilidade. São competências para tornar esse indivíduo um *super-indivíduo-trabalhador*: “[...] aquele que tolera frustrações, pressões psicológicas e stress, que cumpre metas e que está disposto a pensar, respirar a viver a organização indiretamente ‘24 horas por dia’”⁵ (Melo, 2019, p. 123). Logo, elas dizem respeito ao indivíduo-trabalhador que está totalmente subordinado ao emprego, que recebe o *slogan* de *vestir a camiseta da empresa* à qual ele está vinculado, sem necessariamente ter qualquer tipo de estabilidade.

Siqueira e Lamosa (2023) enfatizam os princípios da economia comportamental como maneira de ajustar o comportamento do indivíduo-trabalhador para atender demandas nas relações de trabalho, inclusive para a naturalização da precarização do trabalho. Conforme destacam os autores, a economia comportamental contribui para a legitimação do contexto neoliberal em tempos de crise estrutural do capital. Refere-se a uma ética individualista, cujos fundamentos alojam-se “[...] em uma moral de caráter pragmático, não pressupondo possibilidades de transformação das condições sociais, mas uma simples modificação no padrão da arquitetura da escolha, que, em si, seria o próprio atributo da liberdade” (Siqueira; Lamosa, 2023, p. 53).

Nesse cenário, via equação no campo da educação escolar, o atributo da formação escolar, ou melhor, da formação escolar neoliberal, está a favor da manutenção do *status quo*. Corrobora com o complexo processo de apaziguamento e naturalização dos fatores sociais vigentes, sobretudo a partir do endosso do livre mercado a respeito da precarização do trabalho. Esse contexto laboral pode ser visto pela materialização da informalidade, da terceirização, da uberização, entre outros fatores preponderantes para a formatação das relações de trabalho naquilo que Antunes (2021; 2023), em articulação com um coletivo de autores, destaca sobre a morfologia atual do trabalho na chamada Indústria 4.0.

A formação escolar neoliberal, em consonância com a mercantilização da educação, corrobora para o desenvolvimento da consciência do indivíduo-trabalhador de maneira ingênua, e isso inclui o próprio professor no trabalho educativo escolar. Nessa esteira, aquilo que influencia o desenvolvimento da consciência ingênua pode ser entendido, grosso modo e entre outros elementos, pelas características a seguir.

⁵ Sem contar os problemas de adoecimento que tais relações de trabalho, ou melhor, o formato atual de precarização do trabalho implicam para o indivíduo-trabalhador. Tal questão, embora pertinente, não está abordada de maneira aprofundada no presente estudo. Para esse aprofundamento, sugerem-se, entre outras, as seguintes produções: Abramides e Cabral (2003); Antunes e Praun (2015); Dunker *et al.* (2022) e Praun (2016).

- 1) *Caráter sensitivo*: “funda-se em percepções individuais, o que a faz tomar irrefletidamente a aparência, o sensível com que se defronta, como expressão última da realidade. Reduz, assim, o real ao dado imediato, e este é naturalmente o que a impressiona no momento” (Vieira Pinto, 2020c, p. 164);
- 2) *Condicionamento pelo âmbito individual*: “[...] sempre condicionada pelo âmbito individual privado. [...] É uma visão limitada que julga ser contemplação de todo o real” (Vieira Pinto, 2020c, p. 169);
- 3) *Absolutização da sua posição*: “absolutiza a própria posição e, portanto, a verdade inerente a essa posição. [...] A representação simplória da realidade não duvida de que somente ela seja válida, porque não vê como é possível pensar diferentemente” (Vieira Pinto, 2020c, p. 172);
- 4) *Incoerência lógica*: “a consciência ingênua não esclarecida é surda às formulações lógicas, insensível aos matizes na diferenciação dos conceitos. Esta marca é importante porque explica sua impenetrabilidade na discussão com o pensador crítico” (Vieira Pinto, 2020c, p. 176);
- 5) *Incapacidade de dialogar*: “a consciência ingênua é a que, tendo assumido a validade absoluta do seu ponto de vista, não pode deixar de considerar aberração mental qualquer posição diferente da sua” (Vieira Pinto, 2020c, p. 185);
- 6) *Moralismo*: “consiste, em síntese, em conduzir a apreciação dos acontecimentos e o juízo sobre os homens, exclusiva ou predominantemente, segundo o que lhe parece ser o valor moral contido nos fatos e nas condutas” (Vieira Pinto, 2020c, p. 215);
- 7) *Maledicência e precipitação de julgamento*: “sendo emocional, impressionista e por isso ilógica, a consciência malformada é, por natureza, precipitada. Profere julgamentos sem nenhum respeito pela necessária fundamentação” (Vieira Pinto, 2020c, p. 259); e
- 8) *Crença na imutabilidade dos padrões de valor*: “para esse pensamento [ingênuo] existe uma ordem de valores éticos, estéticos, sociais, religiosos, etc., dotados de vigência eterna, perfeita e imutável. O valor existe por si, absolutamente” (Vieira Pinto, 2020c, p. 266).

Por meio de tais elementos em destaque como ilustração, é possível constatar que, de uma maneira ou outra, há certa aproximação da formação escolar neoliberal com o desenvolvimento da consciência ingênua do indivíduo-trabalhador. Em síntese, significa enfatizar uma formação ahistórica e acrítica no sentido de não possibilitar que esse indivíduo possa ter vigilância crítica sobre o modo de produção da existência humana. Extingue-se, nesse sentido, sua possibilidade de autoconsciência (Duarte; Mazzeu; Duarte, 2020), deixando apenas um movimento de *viver a vida* tal como ela é, ou melhor, como ela aparenta ser. Isso impede a compreensão de outro modo de produção da nossa existência, na qualidade de seres humanos (seres sociais).

Da mesma maneira, ao enfatizar o desenvolvimento da consciência ingênua, aquilo que apresenta de maneira imediata e relativamente elaborada pela classe dominante para o processo de dominação social do indivíduo-trabalhador, passa a ser potencialmente uma verdade absoluta. Esse é o caso, por exemplo, de *verdades absolutas* em tempos atuais: *vestir a camisa da empresa*, meritocracia, indivíduo-trabalhador como empreendedor de si ou como sócio do capital, etc.

Determinadas estratégias do capital atuam justamente naquilo que é essência da consciência ingênua, que se caracteriza “[...] por atitudes emocionais e julgamentos fortuitos, exprimindo não a sistematização de conceitos mas a dispersão de impressões” (Vieira Pinto, 2020b, p. 521).

Para o desenvolvimento da consciência ingênua em proveito do capital, são importantes, por exemplo, livros de autoajuda, treinamentos e mentorias via plataformas sociodigitais, voltados para ajustar esse indivíduo, pelo lema *aprender a aprender*, aos ditames dos aspectos gerenciais hegemônicos nas relações de trabalho.

Tais verdades absolutas estão inseridas, no entendimento do presente estudo, naquilo que Duarte, Mazzeu e Duarte (2020) denominam senso comum neoliberal e obscurantista. Sobre contexto brasileiro, os autores explicam:

A influência do neoliberalismo na formação do senso comum brasileiro nas últimas décadas pode ser identificada em vários aspectos do pensamento e das ações das pessoas em seu cotidiano. Um deles é a ideia de que o mercado é o melhor mecanismo de satisfação das necessidades dos indivíduos, que se traduz no generalizado juízo aprioristicamente negativo em relação aos serviços prestados pelas instituições públicas e na também generalizada (embora nunca provada) crença de que a iniciativa privada é mais eficiente e presta serviços de melhor qualidade. Outro elemento do neoliberalismo incrustado no senso comum é a absoluta naturalização e eternização do capitalismo em sua forma atual. As pessoas se recusam a pensar em alternativas e se mostram hostis a qualquer iniciativa de proposição de projetos de outras formas de organização da sociedade e da vida (Duarte; Mazzeu; Duarte, 2020, p. 722).

Pelo desenvolvimento de uma consciência ingênua, observa-se que as mazelas preconizadas pelo capitalismo contemporâneo, no contexto neoliberal, acabam não sendo evidenciadas. Na verdade, tais mazelas passam a ser compreendidas como aspectos positivos, cabíveis para o indivíduo-trabalhador superar todas as possíveis adversidades, tanto nas relações de trabalho (precário) quanto nas demais dimensões da vida social.

Outro ponto a ser naturalizado está justamente nas condições precárias oriundas da vigente morfologia do trabalho. O léxico dessa morfologia mostra-se como força motriz para o despertar do indivíduo-trabalhador no bojo da precarização do trabalho. A formação escolar neoliberal, nesse sentido, corrobora decisivamente, a tal ponto que, conforme salienta Tavares (2021), o indivíduo-trabalhador passa a se compreender hipoteticamente como *sócio do capital*, pelo viés do lema *empreendedor de si*. Assim, observa-se a pertinência da exclusão, do *aprender a aprender* e das competências como fatores pedagógicos elementares na formação escolar neoliberal.

O aporte a ser alcançado para o indivíduo-trabalhador está na apropriação do conhecimento pragmático-utilitarista (Sánchez Vázquez, 2011). De acordo com Duarte, Mazzeu e Duarte (2020, p. 722),

[...] um elemento do senso comum neoliberal que está diretamente relacionado à educação escolar é o de que só têm valor os conhecimentos que tenham aplicação prática imediata e, mais do que isso, que sejam úteis para se ganhar dinheiro. Esse utilitarismo, porém, não é necessariamente realista, mesmo numa perspectiva estritamente pragmática. Muitas vezes os conhecimentos que são considerados úteis para se ganhar dinheiro são pura ilusão como é o caso das palestras de autoajuda, dos coachings de empreendedorismo e similares.

Significa uma irracionalidade racional e, portanto, intencional. Os complexos movimentos realizados pelos indivíduos membros da classe dominante procuram corroborar, de toda maneira, para o constante processo de dominação social (opressão) dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora.

Vale resgatar uma reflexão de Marx (2017), no que se refere às questões iracionais, que pode reverberar em um senso comum no âmbito da sociedade capitalista:

As mediações das formas iracionais em que se apresentam e se resumem determinadas condições econômicas em sua atividade cotidiana, e estes, por estarem acostumados a se mover no interior delas, não ficam nem um pouco escandalizados com isso. Uma absoluta contradição não tem nada de misterioso para eles. Dentro das formas de manifestação que, abstraídas de seu contexto e tomadas isoladamente, são absurdas, eles se sentem tão à vontade quanto um peixe na água. Aqui é válido o que diz Hegel com referência a certas fórmulas matemáticas, a saber, que aquilo que o senso comum considera irracional é racional, e o que ele considera racional é a própria irracionalidade (Marx, 2017, p. 839).

Como já mencionado, a educação escolar é um importante fenômeno social, tanto para constituí-la como uma mercadoria quanto para corroborar com o processo formativo de doutrinação neoliberal na formação escolar do indivíduo-trabalhador. Educação escolar e indivíduo-trabalhador, na esteira neoliberal, são considerados meramente aspectos a serem liquidados a favor dos interesses da classe dominante. Para superar tal condição, é fundamental o apoio em uma concepção de educação contra-hegemônica, como a pedagogia histórico-crítica.

Educação escolar, difusão do conhecimento objetivo e humanização do indivíduo-trabalhador: necessidade de exclusão do movimento de *liquidação* da educação escolar

Para explicitar apontamentos que procuram demonstrar a possibilidade de efetivar uma educação escolar para além dos princípios neoprodutivistas, é salutar refletir e materializar ações pedagógicas a partir de uma perspectiva crítica de educação, com uma concepção crítica de educação. O presente estudo destaca o movimento coletivo de construção e sistematização da pedagogia histórico-crítica como importante teorização pedagógica contra-hegemônica.

Salienta-se a finalidade da educação escolar, que se aloja na condição de promover, o máximo possível, a humanização do indivíduo-trabalhador, mesmo em uma estrutura societal neoliberal, com sua relação contraditória entre humanização e alienação (Duarte, 2013). Defende-se a necessidade de superação do conhecimento pragmático-utilitarista (Sánchez Vázquez, 2011) enfatizando, em contraponto, o conhecimento objetivo convertido em conhecimento escolar.

Portanto, torna-se evidente que o conhecimento objetivo convertido em conhecimento escolar deve ser abordado a partir da concepção de mundo materialista, histórica e dialética (Duarte, 2016), tendo em vista o desenvolvimento da concepção de mundo do indivíduo-trabalhador em proveito do desenvolvimento de uma consciência crítica e não mais ingênua.

Especificidades da educação escolar e possibilidades de humanização do indivíduo-trabalhador em uma sociedade neoliberal: para além do conhecimento pragmático-utilitarista

O desenvolvimento da consciência ingênua conduz para a apropriação do senso comum por parte do indivíduo-trabalhador de maneira *natural*. A vigência desse senso comum está predominantemente em um olhar pragmático sobre o conhecimento, em que o que deve imperar é tão somente aquilo que é *útil*, tendo em vista os condicionantes sociais vigentes: esse *útil* deve ser compreendido potencialmente enquanto critério de verdade.

Para Sánchez Vázquez (2011, p. 243), “[...] o pragmatismo deduz que o verdadeiro se reduz ao útil, com o que solapa a essência do conhecimento como reprodução na consciência cognoscitiva de uma realidade [...]. Logo, “a verdade fica subordinada, portanto, aos nossos interesses, ao interesse de cada um de nós” (Sánchez Vázquez, 2011, p. 243).

A consciência do indivíduo-trabalhador concentra-se na ingenuidade, concebendo valores ou verdades absolutas naquilo que acredita. Todavia, aquilo que ele acredita sofre influência expressiva do seu consumo diante daquilo que a classe dominante induz como algo útil. Evidencia-se, então, o processo de alienação em detrimento do processo de humanização do indivíduo-trabalhador. Essa relação contraditória entre humanização e alienação (Duarte, 2013) é um movimento que impede o desenvolvimento do indivíduo-trabalhador na sua plenitude.

A formação do indivíduo, na relação entre apropriação de bens materiais e imateriais objetivamente produzidos no decorrer da história da humanidade, está inserida na luta de classes. A formação do indivíduo não é somente humanizadora, em uma relação entre objetivação e apropriação, mas preponderantemente uma reprodução da alienação. “[...] na formação do indivíduo, será alienante todo processo que não resultar em efetivação, na existência individual, das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal” (Duarte, 2013, p. 98).

Diante dessa tensão entre humanização e alienação, na vigência da atual sociedade, é possível efetivar possibilidades, no campo da educação escolar, para que ela tenha como principal função social a promoção humana no humano (no indivíduo-trabalhador).

Uma estratégia contra-hegemônica viável é o processo de difusão ou transmissão do conhecimento objetivo a partir da concepção de mundo materialista, histórica e dialética. Para Duarte (2016, p. 94-96), “[...] o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos se efetiva de maneira tão mais consistente quanto mais esse ensino esteja fundamentado na concepção de mundo materialista, histórica e dialética”.

Nesse sentido, a ênfase na educação escolar está no conhecimento objetivo, e não no conhecimento pragmático-utilitarista. A formação do indivíduo ocorre a partir do seu interesse concreto, e não do seu interesse empírico (Saviani, 2021d). A tarefa aventureira pela pedagogia histórico-crítica para a educação escolar propõe:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.
- b) Conversão do saber objetivo [conhecimento objetivo] em saber escolar [conhecimento escolar], de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (Saviani, 2021e, p. 08-09).

Essa tarefa está inserida na especificidade da educação escolar, e o trabalho educativo escolar deve ser a produção no indivíduo, no que se refere à sua singularidade, daquilo que é produzido historicamente e desenvolvido socialmente pela humanidade (Saviani, 2021e). Trata-se da formação do indivíduo-trabalhador enquanto sujeito histórico e, portanto, partícipe do gênero humano (Duarte, 2013; 2021).

[...] a educação escolar deve desempenhar, na formação dos indivíduos, a função de mediação entre a vida cotidiana e as esferas não cotidianas de objetivação do gênero humano, especialmente a ciência, a arte e a filosofia [...]. A compreensão desse caráter mediador da educação escolar requer a análise das relações existentes entre a vida cotidiana e as esferas mais elevadas de objetivação do gênero humano (Duarte, 2016, p. 67).

É salutar que o indivíduo-trabalhador, na educação escolar, possa se apropriar do conhecimento objetivo para que supere a consciência ingênua, em que há predomínio ou influência do senso comum neoliberal e obscurantista, conforme mencionado anteriormente. E isso implica o desenvolvimento de uma concepção mundo crítica e de uma consciência crítica.

Conhecimento objetivo e desenvolvimento da concepção de mundo do indivíduo-trabalhador: ênfase na consciência crítica

Ao argumentar sobre a importância do conhecimento objetivo para o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica, salienta-se que não se trata do *saber por si só*, ao contrário: trata-se da científicidade. A ciência pode ser compreendida como “[...] a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e a leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem” (Vieira Pinto, 2020a, p. 39).

Duarte (2016, p. 74), por sua vez, argumenta que “a ciência reflete a realidade buscando o máximo de objetividade e, por consequência, tenta eliminar de seu reflexo todo subjetivismo e todo antropomorfismo”. Consequentemente, “essa forma de conhecimento presta-se a explicar a realidade em si mesma, elaborando leis explicativas dos processos e fenômenos, especialmente obtidas e testada por uma investigação racional ou pelo estudo da natureza por meio do método científico” (Duarte, 2016, p. 39).

O fundamento ontopsilosófico está nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. A concepção de mundo, baseada nesse fundamento ontopsilosófico, aloja-se na articulação entre “[...] o conhecimento objetivo da natureza e a organização coletiva consciente da realidade” (Duarte, 2016, p. 98).

A ciência, a arte e a filosofia, nesse cômputo e no bojo do trabalho educativo escolar, colaboram para que o indivíduo-trabalhador possa se apropriar de níveis cada vez mais avançados de conhecimento, e isso também contribuirá para o desenvolvimento da concepção de mundo (Duarte, 2016). Apoiado em Gramsci, Duarte (2016, p. 103-104) argumenta que o indivíduo “[...] forma e transforma sua concepção de mundo a partir dos elementos que herda da sociedade e que reelabora de maneira ingênua ou crítica”.

Anteriormente foi possível constatar que, pelo senso comum neoliberal e obscurantista (Duarte; Mazzeu; Duarte, 2020), através da formação escolar neoliberal, procura-se desenvolver, implicitamente, uma concepção de mundo ingênua, e que implica uma consciência também ingênua. Contudo, de maneira contrária e a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica (Duarte, 2021; Saviani, 2021e), a educação escolar pressupõe, por meio da transmissão do conhecimento objetivo, a ênfase na concepção de mundo crítica, e isso implica o desenvolvimento da consciência crítica.

Vieira Pinto (2020b, p. 527) argumenta que “a consciência crítica quer alterar o mundo, e em grau tão extenso que só ela merece o nome de revolucionária”. Para isso, é cabível considerar determinadas categorias que permitem elucidar a realidade, corroborando para um olhar crítico-analítico, para o desenvolvimento da consciência crítica.

De tais categorias, a partir de Vieira Pinto (2020b), nesse momento destacam-se a objetividade, a historicidade, a racionalidade, a totalidade, a liberdade, etc.⁶ Tais categorias são fulcrais no âmbito do materialismo histórico-dialético, contribuindo para o desenvolvimento da concepção de mundo crítica e da própria consciência crítica do indivíduo-trabalhador por meio da educação escolar. Vieira Pinto (2020b, p. 21-22) explica que,

Para consciência crítica, na acepção por nós empregada, o conhecimento dos dados não consiste em imprimir formas específicas a um conjunto de impressões, convertendo-as, só então, em dados inteligíveis, mas num trabalho criador do espírito, que discerne as articulações lógicas contidas na objetividade. A vida subjetiva não é, em tal caso, ignorada nem empobrecida; apenas a compreensão da sua esfera própria e das suas operações particulares não deve impedir o reconhecimento da anterioridade da realidade exterior, nem fazer ignorar que as representações e as reações interiores são determinadas pela presença da consciência num mundo natural e social, que lhe suscita os estados subjetivos.

Logo, a pedagogia histórico-crítica, na qualidade de teoria da educação contra-hegemônica, no âmbito do trabalho educativo escolar, deve evidenciar a ciência, a arte e a filosofia como produções humanas capazes de elucidarem a realidade no sentido de aproximar o indivíduo-trabalhador (aluno), o máximo possível, da sua essência. Porém, enquanto desdobramento, significa introjetar uma concepção de mundo crítica na subjetividade do indivíduo-trabalhador.

Isso corrobora para uma consciência também de maneira crítica diante da realidade, fazendo com que esse indivíduo possa se compreender como sujeito histórico e membro de uma classe que, nesse projeto de sociabilidade, tem como *funcionalidade* ser explorada. Nessa sociabilidade, a todo momento há tensão entre classe trabalhadora e classe dominante.

Contudo, a classe dominante, com sua complexa maneira de dominar os encaminhamentos desse projeto de sociabilidade, por meio de diferentes e complexas maneiras, efetiva a dominação e opressão social. Seja por ações no campo da economia, da cultura ou de outras áreas, há um movimento para a manutenção do *status quo*. Aqui, cabe resgatar exemplos mencionados anteriormente sobre o processo de naturalização da precarização das relações de trabalho: a meritocracia, o empreendedor de si, a autonomia nas relações de trabalho, entre outros.

É salutar ir para além desse movimento em prol de uma consciência ingênuasobre a realidade por parte do indivíduo-trabalhador. Para isso, a educação escolar pode ser um valioso fenômeno social capaz de contribuir para uma formação crítica dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora, e a pedagogia histórico-crítica é uma teorização que apresenta pressupostos para a educação escolar para atender os interesses concretos da classe trabalhadora.

⁶ Considerando o objetivo e os limites do presente estudo, as categorias são apenas mencionadas, pois pelo fato de serem complexas, não há a possibilidade de tratamento. Assim, sugere-se a leitura das obras de Vieira Pinto (2020b) e Cury (2000), entre outras.

A partir dessa teoria pedagógica, a educação escolar deve ter como premissa cabal a ciência, justamente pela exigência do processo de transmissão-apropriação do conhecimento objetivo (historicamente sistematizado), que concretiza a finalidade da educação escolar. Em linhas gerais, refere-se ao constante processo de promoção humana no indivíduo singular, em especial o indivíduo-trabalhador (Saviani, 2021e).

A pedagogia histórico-crítica, nesse sentido, está “[...] empenhada em elaborar as condições de organização e desenvolvimento da prática educativa escolar como um instrumento potencializador da luta da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade atual” (Saviani, 2021d, p. 134) e tem como premissa “[...] articular a educação escolar com a luta da classe trabalhadora pela superação do capitalismo e implantação do socialismo” (Saviani, 2021d, p. 134).

A necessidade de desenvolver uma concepção de mundo crítica impacta, também, o desenvolvimento da consciência crítica, como forma de superação da consciência ingênua influenciada pelo senso comum neoliberal e obscurantista, corroborando para superar o *status quo* social, em proveito da transformação social.

Sobre a transformação social, Duarte (2016, p. 14) afirma:

A radical superação da sociedade capitalista precisa ocorrer como um movimento coletivo guiado por um projeto conscientemente assumido de construção de uma sociedade na qual a produção e a reprodução de uma sociedade na qual a produção e a reprodução da riqueza material e espiritual estejam direcionadas para a elevação qualitativa das necessidades de todos os seres humanos. [...] A educação, em todas as suas formas e particularmente na forma escolar, precisa caracterizar-se como uma luta pelo desenvolvimento da concepção de mundo dos indivíduos. [...] A educação, se comprometida com a perspectiva de superação da sociedade capitalista, precisa lutar para a difusão, às novas gerações, dos conhecimentos mais desenvolvidos nos campos das ciências, das artes e da filosofia, criando as bases, na consciência dos indivíduos, para que sua visão de mundo avance em direção ao materialismo histórico-dialético.

Assim, é imprescindível extinguir o processo de *liquidação* da educação escolar, mesmo sendo uma difícil tarefa reconhecidamente, pois a formação crítica do indivíduo-trabalhador é indispensável para que, enquanto membro da classe trabalhadora, ele possa se reconhecer como membro de uma classe historicamente em luta, e que possa tencionar para a transformação do atual modo de produção da existência humana.

Considerações finais

O presente estudo procurou apresentar elementos teóricos sobre a problemática referente à *liquidação* da educação escolar. Para isso, entre tantas complexificações inerentes ao vigente modo de sociabilidade neoliberal, destacaram-se a mercantilização da educação e a formação escolar neoliberal. Elas são direcionadas para a consolidação da precarização do trabalho na atualidade, e principalmente para o processo de naturalização dessa precarização por parte do indivíduo-trabalhador.

O primeiro momento do texto explicitou uma concepção de educação hegemônica, mais precisamente a concepção neoprodutivista de educação. Sua vigência iniciou aproximadamente no princípio da década 1990, com a efervescência do neoliberalismo no contexto brasileiro. Com o mantra da falência do Estado e da educação escolar pública, a importância da iniciativa privada passou a ser enfatizada como único caminho para suprir os aspectos *obsoletos* do Estado e, portanto, da educação escolar pública.

Assim, ocorreu uma redefinição do Estado e da própria educação escolar, que entre outras questões, salienta a educação na qualidade de mercadoria, ou seja, de venda de serviços educacionais. Por consequência, a formação do indivíduo-trabalhador sofreu alterações que buscam naturalizar o processo de precarização do trabalho. Isso ocorre pelo desenvolvimento de uma concepção de mundo hegemônica e da consciência ingênuas desse trabalhador, principalmente pela equação: exclusão + *aprender a aprender* + competências = fundamentos para a formação escolar neoliberal.

Em contraponto, foram apresentados elementos, a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, direcionados para destacar a relevância da difusão do conhecimento objetivo, assumindo uma perspectiva materialista, histórica e dialética, cuja finalidade educativa é a promoção humana no humano. Tal finalidade educativa é condição concreta do desenvolvimento da concepção de mundo crítica e da consciência crítica do indivíduo-trabalhador.

Por fim, ainda é relevante reforçar que o presente estudo não esgota o aprofundamento necessário sobre a temática. Ele significa uma *crítica-denúncia* sobre o atual contexto da educação escolar brasileira e, consequentemente, torna evidente que novos estudos para oportunizarão maiores aprofundamentos e possíveis encaminhamentos concretos para a educação escolar contra-hegemônica são indispensáveis. Assim, fomenta-se o debate em proveito do desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo-trabalhador para que ele possa compreender que a transformação social é, além de imprescindível, possível.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 01 p. 03-10, jan./mar. 2003.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. 1^a ed. 2^a reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 231-238.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** 1^a ed. 2^a reimpr. São Paulo: Boitempo, 2021.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva:** o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. 1^a ed. 2^a reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BERNARDO SILVA, Matheus. Concepções pedagógicas hegemônicas e pedagogia histórico-crítica: em questão a formação de professores. **Linhas Críticas**, Goiânia, v. 29, p. 01-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc29202348021> Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/48021>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BERNARDO SILVA, Matheus. Educação escolar e precarização do trabalho: uma educação *do e para o* mercado de trabalho. In: PREVITALI, Fabiane Santana; BILIO, Maria Geni Pereira; SILVA, Mara Rubia Aparecida; MOREIRA, Rosana Mendes Maciel (Orgs.). **Trabalho e Educação sob o neoliberalismo:** autonomia ou subordinação? Natal: Editora Amplamente, 2024. p. 71-86.

BERNARDO SILVA, Matheus; SANTOS, Alysson Fernandes. Esvaziamento do conhecimento objetivo e formação escolar para a empregabilidade: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Horizontes**, /S. I.J., v. 42, n. 1, p. e023131, 2024. DOI: 10.24933/horizontes.v42i1.1823. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1823>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BERNARDO SILVA, Matheus; SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira. Plataformas sociodigitais, *fake news* e dissonância cognitiva: questões sobre a educação escolar. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 1, p. 121–142, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i1.76669. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/76669>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CAVALCANTI, Maria Teresa. A Fundação Lemann e a construção do sujeito neoliberal no Brasil (2002-2006). In: VIEIRA, Nívea Silva; LAMOSA, Rodrigo (Orgs.). **Todos pela educação?:** uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020. p. 79-96.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1^a ed. 1^a reimpr. Campinas: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si:** contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3^a ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos:** contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUARTE, Newton. A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes:** a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 165-186.

DUARTE, Newton; MAZZEU, Francisco José Carvalho; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 01, p. 715-736, ago. 2020.

DUNKER, Christian *et al.* Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1^a. ed. 3^a reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 215-254.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3^a ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 45-60.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22^a ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JAMESON, Frederic. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Tradução: Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3^a ed. Campinas: Autores Associados, Histerbr, 2005. p. 77-96.

LEHER, Roberto; LAMARÃO, Marcos Vinícius Moreira. A disputa pelos recursos educacionais e o movimento Todos pela Educação: antigas e novas formas de privatização. In: VIEIRA, Nívea Silva; LAMOSA, Rodrigo (Orgs.). **Todos pela educação?**: uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020. p. 129-146.

MARTINS, André Silva; PINA, Leonardo Docena. Pedagogia histórico-crítica e a mercantilização da educação. In: GALVÃO, Ana Carolina *et al.* (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica**: 40 anos de luta por escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 33-52.

MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e transformação social**: Gramsci, Thompson e Williams. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação?**: como os empresários estão determinando a política educacional brasileira? 1^a ed. 1^a reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo global de produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. 1^a ed. 12^a reimpr. São Paulo: Boitempo, 2021.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. Tradução: Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2023.

MELLO, Cleverson Molinari. As modernas competências profissionais como forma de dissimulação da antiga exploração do trabalhador. **Revista Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 11, n. 01, p. 116-125, abr. 2019.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Rumos históricos da organização privatista. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariado da educação:** novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. p. 179-220.

PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. **O trabalho morreu. Viva o conhecimento!**: os serviços em uma sociedade de classes. São Paulo: Annablume, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 3^a ed. rev. atual. 2^a reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRAUN, Luci. **Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho.** Campinas: Papel Social, 2016.

RAULINO, Gabriela. Capital e trabalho nas plataformas sociodigitais. In: DANTAS, Marcos *et al.* **O valor da informação:** de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 145-212.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** 2^a ed. Tradução María Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira.** Vitória: EDUFES, 2010. p. 17-46.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano:** novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classe. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Marxismo e educação:** debates contemporâneos. 3^a ed. Campinas: Autores Associados, 2021a. p. 221-273.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 44^a ed. Campinas: Autores Associados, 2021b.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 6^a ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2021c.

SAVIANI, Dermeval. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes:** a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas: Autores Associados, 2021d. p. 137-164.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 12^a ed. Campinas: Autores Associados, 2021e.

SILVA, Amanda Moreira da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** a precariedade professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SILVA, Amanda Moreira da. **Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial:** a busca pela força de trabalho a serviço de um projeto hegemônico. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SIQUEIRA, Thiago Vasquinho; LAMOSA, Rodrigo. Novo Ensino Médio e economia comportamental: fundamentos para modelar o comportamento da classe trabalhadora no contexto de crise. **Revista Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 15, n. 02, p. 36-56, ago. 2023.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e precarização do trabalho:** a nova trama da produção capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência:** problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020a.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional:** a consciência crítica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b. v. II.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional:** a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020c. v. I.